

Eixo Temático ET-11-024 – Outros

A INSERÇÃO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL EM PROJETOS DE REDUÇÃO DA POBREZA RURAL DO BANCO MUNDIAL NO NORDESTE

Thalita Lira Fonsêca

Universidade Federal da Paraíba.

RESUMO

No processo de desenvolvimento econômico ocidental o meio ambiente vinha sendo tratado meramente como mecanismo fornecedor de matéria-prima. A partir da segunda metade do século XX, foi iniciada no sistema internacional a busca pela conciliação entre desenvolvimento e gestão ambiental, dada a percepção de sua finitude e dos impactos causados pelo período em que não havia limitações ao seu uso. Desse modo, foi sendo construído por meio de debates principalmente em conferências internacionais o conceito de desenvolvimento sustentável e sua inserção em projetos de cooperação em organizações internacionais vem se tornando cada vez mais comum. Utilizamos o caso da agenda do Banco Mundial, que passou a incorporá-lo em seu discurso e iniciativas principalmente a partir dos anos 90. O presente trabalho busca por meio da análise de documentos oficiais, artigos, livros, sites e notícias analisar esse processo e relacioná-lo aos projetos de redução da pobreza rural na Paraíba executados pelo Governo Estadual em parceria com o Banco Mundial, de modo a identificar em sua trajetória a implementação dos principais componentes relativos ao conceito de desenvolvimento sustentável. Utilizamos também o Projeto Produzir, executado na Bahia, para comparar sua trajetória com a do Cooperar (atual nomenclatura do projeto executado na Paraíba), de modo a também compreender se há inserção do desenvolvimento sustentável em ambos. Percebemos que de fato ocorre a inserção dessa lógica nos projetos ao longo dos anos, tanto no Cooperar quanto no Produzir. Além disso, ambos os projetos atualmente em execução priorizam os elementos constituintes do desenvolvimento sustentável e representam a tendência do Banco Mundial em enfatizá-lo e executá-lo cada vez mais.

Palavras-chave: Banco Mundial; Desenvolvimento Sustentável; Projeto Cooperar.

INTRODUÇÃO

Desenvolvimento Sustentável é um termo visto relativamente com frequência nos discursos dos Estados, entretanto, seu conceito só se tornou mais concreto na década de 70. O assunto é bastante complexo, pois a diversidade de interesses desses atores muitas vezes faz com que existam dilemas entre priorizar questões econômicas, sociais ou ambientais. Essas três dimensões são as comumente mencionadas pelos Estados e organizações para definir o desenvolvimento sustentável, desde o Relatório Brundtland em 1987 e principalmente da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento realizada em 1992.

Após essa Conferência, o tema se tornou cada vez mais presente na agenda internacional. Com isso, diversos projetos de cooperação internacional passaram a apresentá-lo em sua constituição e tê-lo como um dos objetivos principais.

Isso ocorre atualmente no estado da Paraíba, através do Projeto Cooperar. Trata-se de um projeto de redução da pobreza rural que foi resultado de políticas amplas realizadas previamente pelo Governo Federal em parceria com o Banco Mundial. Com o passar do tempo, as políticas nacionais foram se fragmentando e dando origem a projetos do Banco em parceria com Governos Estaduais. Similarmente, existe o Projeto Produzir, realizado na Bahia.

Inicialmente essas políticas eram iniciativas federais voltadas ao desenvolvimento econômico da região nordeste e tratavam principalmente da promoção à agricultura no brejo paraibano. Foram transformadas em estratégias para superação da pobreza em vários estados nordestinos e posteriormente passaram por uma reformulação, ganhando um caráter social além do econômico. Também foram ampliadas territorialmente e passaram a beneficiar uma maior quantidade de cidades e municípios. Houve a inclusão de comunidades indígenas e quilombolas na execução, e se pode observar uma semelhança entre a trajetória do Cooperar e os projetos executados na Bahia.

Inicialmente, descrevemos a inserção do tema ambiental na agenda dos Estados apontamos as discussões nas conferências internacionais de maior abrangência.

Apresentamos também o Banco Mundial, analisando de forma geral o seu discurso e aplicação de suas diretrizes em seus projetos, desse modo buscamos perceber em que momento o desenvolvimento sustentável se torna um elemento importante para a instituição. Por fim, citamos alguns de seus projetos referentes às questões ambientais, que são relativamente recentes.

Por fim, mostramos com maiores detalhes a trajetória do Projeto Cooperar e do Produzir e os principais componentes tanto deles quanto dos executados anteriormente. Observamos a inserção do desenvolvimento sustentável ao longo dos anos a fim de estabelecer uma relação comparativa e ponderar se a inserção do tema é comum a ambos.

OBJETIVO

O principal objetivo deste trabalho, tomando como referência os elementos já mencionados, é analisar a inserção do desenvolvimento sustentável no Cooperar e no Produzir, a partir do conceito criado após o Relatório Brundtland, apresentar o surgimento do desenvolvimento sustentável e sua introdução na agenda internacional.

METODOLOGIA

A metodologia utilizada é qualitativa e descritiva, por meio da análise do conteúdo de documentos oficiais de organizações internacionais, principalmente do Banco Mundial. Além disso, utilizamos artigos, livros e revistas relacionadas ao tema, sites oficiais e notícias.

O desenvolvimento sustentável

Segundo Nascimento (2012), a sustentabilidade possui duas raízes: a primeira ligada à resiliência da natureza, ou seja, à capacidade que os ecossistemas possuem de se reconstruir diante de ameaças externas; e a segunda, quando colocada ao lado da palavra “desenvolvimento”, que surgiu no século XX após a percepção econômica de que a produção não conseguiria manter o padrão no longo prazo devido à limitação dos recursos naturais e à má utilização deles. Varela (2009) afirma que o primeiro termo a ser utilizado na busca por atrelar desenvolvimento e meio ambiente foi o

ecodesenvolvimento, criado por Sachs em 1970 a fim de incitar os debates sobre essas duas questões como conjunto. Era a ideia inicial que foi debatida e originou o desenvolvimento sustentável.

A ideia apresentada por Sachs foi construída após debates ao longo do século XX, principalmente com o fim da II Guerra Mundial. Diversas reuniões, congressos e conferências aconteceram nessa época e incluíram discussões envolvendo o conceito de desenvolvimento sustentável e suas ramificações. Entretanto, mencionaremos aquelas de maior abrangência e que foram marcadas pela representatividade de uma quantidade maior de países.

Os debates acerca das consequências negativas da industrialização para o meio ambiente aconteceram em maior volume na década de 60 (comparando-se a todas as décadas anteriores) e foram intensificados na década de 70, culminando na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano em Estocolmo, 1972. Ocorreu entre os dias 5 e 16 de junho desse ano com participação de 113 países e foi um dos primeiros fóruns internacionais para discussão de questões ambientais (BRÜSEKE, 1994).

A Organização das Nações Unidas que havia emergido após o fim da Segunda Guerra Mundial como fórum internacional para discussão de questões comuns aos seus Estados membros, inseriu o tema meio ambiente em sua agenda diante dos crescentes debates (ALBAGLI, 1995). Importante elemento para a ênfase nessa discussão foi a publicação do estudo “Limites ao Crescimento” com patrocínio do Clube de Roma em 1971 (LAGO, 2013).

Um dos principais argumentos dessa obra era o fato de que a industrialização já havia prejudicado o meio ambiente de tal forma que a medida mais adequada para evitar danos maiores seria um grande desaceleramento no desenvolvimento. Desse modo, os países subdesenvolvidos deveriam congelar sua industrialização e os desenvolvidos deveriam manter-se como estavam, porém sem expansão de indústrias. Essa ideia foi bastante discutida à época, inclusive esse argumento esteve presente durante os debates em Estocolmo (LAGO, 2013).

Havia os que incentivavam o crescimento desenfreado dos países subdesenvolvidos, para que pudessem ascender sem delimitações ambientais claras como aconteceu nos desenvolvidos. A ideia consistia também em deixar que esses países tratassem de resolver os problemas que criariam para o meio ambiente apenas quando economicamente consolidados. Estocolmo foi essencial na busca de um distanciamento tanto desse ponto de vista quanto do anteriormente mencionado, a fim de se chegar a um meio termo viável (SACHS, 2009).

A Declaração assinada ao final da Conferência afirma as diferenças entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, assim como suas características, necessidades e responsabilidades. Surgiu no sistema internacional a noção de que os países subdesenvolvidos, que devem buscar primariamente a redução da pobreza, procederão de maneira diferente daqueles que possuem economias consolidadas internacionalmente, visto que as necessidades básicas dos indivíduos devem prioritariamente ser atendidas. Outros aspectos como o aumento da população mundial e consequentemente de seu consumo, a participação de governos locais e nacionais na implementação de medidas globais e a importância dos esforços dos cidadãos, comunidades, empresas e instituições também representaram elementos centrais da discussão (PNUMA, 1972).

Estocolmo foi fundamental também para a observação de que os desastres ambientais são em grande medida causados por indústrias e exploração desenfreada de recursos naturais, mas também pela pobreza. Isso se dá pela ocupação de pessoas mais pobres em locais de maior risco (um exemplo é a formação de favelas) e pela agricultura familiar e exploratória muitas vezes realizada de maneira a contaminar águas, prejudicar solos e desmatar encostas. Esse momento foi crucial para o atrelamento da redução da pobreza ao uso sustentável do meio ambiente, e posteriormente muitos projetos foram realizados com essa premissa (SACHS, 2009).

O documento “Nosso Futuro Comum” foi publicado em 1987 pela Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento e ficou conhecido como Relatório Brundtland (a Comissão era chefiada pela Primeira Ministra da Noruega, Gro Harlem Brundtland). Sua maior contribuição foi a criação de um conceito de desenvolvimento sustentável mais aceito do que todos os anteriores e que serviu de base para as discussões nas Conferências posteriores (NASCIMENTO, 2012). O conceito criado foi:

In essence, sustainable development is a process of change in which the exploitation of resources, the direction of investments, the orientation of technological development; and institutional change are all in harmony and enhance both current and future potential to meet human needs and aspiration²⁹ (ONU, 1987. p. 43).

Antes da divulgação desse relatório as discussões acerca do desenvolvimento sustentável seguiam em torno das dimensões econômica e ambiental. Sua contribuição está na ênfase da necessidade em olhar para uma terceira dimensão: a social. O documento veio reafirmar a ideia iniciada em Estocolmo de que a pobreza mundial deve ser combatida juntamente com os problemas causados por desastres ambientais e incentivou a inserção desse tema na Conferência realizada no Rio de Janeiro em 1992 (NASCIMENTO, 2012). Sobre o período entre os eventos realizados em Estocolmo e Rio de Janeiro, Lago (2013) afirma que “O enriquecimento do debate em torno da questão do meio ambiente nas duas décadas entre Estocolmo e o Rio de Janeiro deu-se em todos os níveis – governamental, não governamental, empresarial, acadêmico e científico” (LAGO, 2013, p. 72).

A Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento foi o maior evento realizado pela ONU até então, com representação de delegações de 172 países levou ao Rio de Janeiro 108 Chefes de Estado ou de Governo entre os dias 3 e 14 de junho de 1992. Nesse contexto, os esforços individuais dos Estados e suas políticas ambientais já haviam aumentado em relação ao início da Conferência anterior. Além disso, o momento econômico era de abertura comercial e expansão de mercados, visto que o fim da Guerra Fria havia proporcionado um ambiente favorável ao comércio pelo estabelecimento de uma nova ordem mundial. O fato de o evento ter ocorrido num país subdesenvolvido também foi estratégico no sentido de reafirmar a importância desses países e seus caminhos para o desenvolvimento, além de seus impactos ambientais (LAGO, 2013).

²⁹“Em essência, o desenvolvimento sustentável é um processo de mudança no qual a exploração dos recursos, a direção dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional estão todos em harmonia e reforçam o potencial presente e futuro, a fim de atender às necessidades e aspirações humanas” (Tradução livre).

A publicação do já mencionado Relatório Brundtland teve grande impacto tanto na elaboração da agenda para a Conferência quanto nos debates que nela aconteceram, visto que o conceito de desenvolvimento sustentável e suas três dimensões recém inseridas nos debates (econômica, ambiental e social) foi aceito por uma grande quantidade de debatedores, ainda que até hoje não exista consenso (LAGO, 2013).

A Rio 92 ou Cúpula da Terra, como ficou conhecida, teve três principais acordos adotados: a Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento com diversos princípios que definem os direitos e responsabilidades dos Estados; a Agenda 21, um plano de ação global para promover o desenvolvimento sustentável; e a Declaração de Princípios sobre Florestas, com a finalidade de apoiar a gestão sustentável das florestas em todo o mundo. Além disso, três convenções são oriundas da Rio 92: a Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, a Convenção sobre Diversidade Biológica e a Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação (ONU, s.a., s.p.)³⁰.

Para Barrutia *et al* (2015), a importância da Agenda 21 foi bastante enfatizada após o evento, entretanto, o cumprimento de suas metas que era imprescindível para a obtenção de efeitos concretos da Conferência não ocorreu como planejado. Os autores fazem um breve estudo das principais propostas da Agenda e centralizam sua contribuição na ênfase à participação de setores da sociedade para além dos governos no planejamento de desenvolvimento em médio e longo prazo. Os referidos autores constatam que, na prática, alguns desafios foram encontrados que não haviam sido previstos pela Agenda, como as dificuldades burocráticas e de governança que instituições locais podem se deparar quando buscam resolver questões de ampla abrangência como são as ambientais.

A década que se seguiu entre a Conferência do Rio e a de Joanesburgo, realizada em 2002, deixou a desejar em termos de avanços reais sobre políticas e ações voltadas ao desenvolvimento sustentável (SACHS, 2009). Entretanto, houve progressos no que diz respeito às políticas relativas às mudanças climáticas, tanto com as práticas previstas pela Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima elaborada ainda no Rio em 92, quanto pela assinatura do Protocolo de Quioto em 1997. Os países que assinaram o Protocolo afirmaram o compromisso em reduzir a emissão de gases de efeito estufa; os EUA, um dos países mais poluidores do mundo, assinou o acordo, entretanto, ele não foi ratificado internamente, o que gerou um problema para a governança nesse sentido. Outra consequência foi o início da comercialização de créditos de carbono, que fez com que governos e empresas se voltassem mais ao controle de suas emissões tendo a possibilidade de obter ganhos econômicos. A questão climática ainda viria a ser tratada em eventos posteriores, e foi o que aconteceu na conferência conhecida como Rio+10 (GIOMETTI; MOREIRA, 2008).

A Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável ocorreu entre os dias 26 de agosto e 4 de setembro de 2002 em Joanesburgo, África do Sul, sendo a primeira a incorporar a expressão em seu título, devido ao consenso ainda que limitado resultante da conferência anterior. A Declaração de Joanesburgo reafirma os compromissos estabelecidos na Agenda 21 e aponta os três pilares do desenvolvimento sustentável (economia, ambiente e sociedade) como essenciais ao progresso internacional,

³⁰ Disponível em: <<http://research.un.org/en/docs/environment/conferences>>. Acesso em 22/09/2016.

mencionando a importância da inclusão das minorias nas políticas locais, nacionais e internacionais (ONU, 2002).

O panorama encontrado em Joanesburgo foi o de que alguns aspectos ambientais e sociais estavam piores tanto em países desenvolvidos quanto subdesenvolvidos que dez anos antes no Rio e o sonhado desenvolvimento sustentável estava longe de se tornar realidade. Também por esse motivo a erradicação da pobreza se tornou um elemento central e foi mais uma vez colocada como problema global que demanda soluções desta mesma escala.

Passados 20 anos da Rio 92, os mesmos problemas persistiam, porém em escala ainda maior devido ao aumento da complexidade das sociedades. É nesse cenário que acontece a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, entre 20 e 22 de Junho de 2012 no Rio de Janeiro, também conhecida como Rio+20. Dela participaram 105 representantes em nível de Chefe de Estado e de Governo e os principais temas discutidos foram economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável e da erradicação da pobreza e estrutura institucional para o desenvolvimento sustentável. Muitos Estados ainda se recuperavam de uma grande crise econômica ocorrida em 2008, mas o alto grau de representatividade demonstra que o compromisso com a multilateralidade não havia sido fortemente abalado (LAGO, 2013).

Na Declaração resultante da conferência foram afirmados os princípios da Rio 92, inclusive o de responsabilidades comuns, porém diferenciadas que muitos países desenvolvidos haviam demonstrado discordância no período entre conferências.

Os três pilares previamente mencionados do desenvolvimento sustentável (econômico, social e ambiental) foram enfatizados e traduzidos nas principais proposições da Declaração, que tratam da erradicação da pobreza, mudanças nos padrões de consumo e produção e a uma melhor gestão dos recursos ambientais (ONU, 2012).

Após discutirmos os principais pontos referentes ao surgimento do conceito de desenvolvimento sustentável e sua propagação no sistema internacional, se torna visível a capacidade que as instituições possuem de auxiliar no processo de cooperação e entendimento entre os Estados. No caso do desenvolvimento sustentável, esse tipo de ação se torna ainda mais imprescindível, devido à multiplicidade de fatores envolvidos e à característica que o tema possui de não poder ser solucionado em regiões específicas, demandando ações conjuntas.

É importante ressaltar que existem muitas organizações internacionais que utilizam elementos do desenvolvimento sustentável em suas políticas, entretanto, utilizaremos, com base nos Projetos que serão abordados, uma importante organização internacional, o Banco Mundial.

O Banco Mundial

O Grupo Banco Mundial é dividido em cinco instituições especializadas. O BIRD é a primeira delas em ordem de criação e atua como banco em si, responsável por empréstimos e serviços consultivos. Ele toma empréstimos a juros baixos pela venda de títulos nos mercados dos países desenvolvidos e empresta aos subdesenvolvidos a juros

de “quase mercado”³¹ e é uma importante agência no fomento ao desenvolvimento (PEET, 2009). Será a instituição abordada neste trabalho.

O Banco divulga Relatórios Anuais direcionados a todos aqueles que tenham interesse em conhecer suas ações e discursos, e tem por objetivo demonstrar como BIRD trabalha para atingir suas metas, sendo a mais atual a de erradicar a pobreza extrema até 2030 (BLOG DO BM, 2016)³².

Ao analisar os relatórios anuais do Banco, percebe-se que o termo Desenvolvimento Sustentável foi mencionado pela primeira vez em 1989, apontando a propagação da discussão sobre esse conceito em fóruns internacionais.

Segundo Vieira (2008), um marco extremamente importante para a entrada do desenvolvimento sustentável no discurso do Banco é percebido em 1992. O autor afirma que no Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial de 1990 o Banco menciona com frequência o fator da redução da pobreza como gerador do desenvolvimento.

Já no Relatório de 1992, o tema principal é o desenvolvimento e o meio ambiente e o tópico do crescimento populacional é enfatizado, fazendo uma relação direta entre pobreza e degradação ambiental. Vieira (2008) afirma: “para o Banco Mundial, a pobreza se configura como a variável principal que explica o crescimento dos problemas ambientais, o que nos permite concluir sobre quem são os grandes responsáveis pelos problemas ecológicos atuais” (VIEIRA, 2008, p. 114).

Nos anos seguintes o mesmo ocorre, o termo passa gradativamente a ser mencionado com maior frequência e em 1993 possui uma maior participação devido à criação da Agenda 21. A partir de 1994 passa a existir uma pequena seção voltada ao tópico, já em 1999 diversas seções apresentam tópicos direcionados a ele. Finalmente em 2000 ganha uma seção própria e a partir de então a participação segue crescendo, tendo se tornado elemento essencial no discurso da instituição.

De acordo com o Relatório de 2015, o financiamento para o desenvolvimento geralmente se dá da seguinte forma: os recursos internos, como mencionados previamente, são a maior fonte de investimentos e projetos realizados pela instituição; US\$ 135 bilhões são proporcionados anualmente pela comunidade global de desenvolvimento; o financiamento do setor privado é registrado como US\$ 400 bilhões de remessas em 2013 e US\$ 778 bilhões foram provenientes de investimento estrangeiro direto (BANCO MUNDIAL, 2015).

O Relatório conta também com uma seção direcionada a apresentar como as instituições do Banco contribuíram com a condução ao crescimento econômico em países de todos os continentes, por meio da geração de empregos, construção de estradas, benefícios a empresas por meio de serviços financeiros e empréstimos comerciais. Além disso, são mencionadas também a promoção da inclusão e a garantia da sustentabilidade em suas atividades. A inclusão trata da assistência de saúde levada à população, assistência a agricultores, acesso à eletricidade e benefícios educacionais (BANCO MUNDIAL, 2015).

Com o entendimento da importância da preservação dos recursos naturais e enfrentamento das mudanças climáticas se tornando cada vez mais comum dentro das

³¹ A noção de “quase mercado” diz respeito à inserção da lógica do setor privado no setor público e ao estabelecimento de contratos de qualidade entre prestadores de serviço e consumidores (cf. PIRES; AMARAL; LUMERTZ. 2007. p. 7).

³² Disponível em: < <http://blogs.worldbank.org/voices/help-us-choose-our-2016-annual-report-cover>>. Acesso em: 27/09/16.

organizações internacionais nos últimos anos, o Banco Mundial também apresenta argumentos nesse sentido em seu Relatório. “Em todo o seu trabalho, o Grupo Banco Mundial procura reforçar a gestão dos recursos naturais, reduzir o ônus da poluição, garantir a segurança alimentar e ajudar os países a tomarem decisões bem informadas e sustentáveis sobre o desenvolvimento” (BANCO MUNDIAL, 2015, p. 20).

Projetos do Banco que visam à redução da pobreza em países subdesenvolvidos também são cada vez mais comuns, e em sua agenda se torna cada vez mais presente o elemento do desenvolvimento sustentável, como é o caso de alguns daqueles voltados à agricultura.

Os impactos esperados para a agricultura incluem uma perspectiva de aumento pela demanda de alimentos em áreas de redução das safras e aumentos acima de dois graus centígrados na temperatura. Esse fator demanda uma gestão mais inteligente dos recursos na agricultura para que a produtividade seja afetada de forma mais branda. Projetos na Costa do Marfim impulsionam a produção do arroz por meio de ajuda técnica e fornecimento de novas técnicas, já na Tanzânia o objetivo é melhorar o planejamento urbano e agrícola, também avaliando a vulnerabilidade de seus recursos (BANCO MUNDIAL, 2015).

De modo geral, o que se percebe com base nos relatórios é que a inserção do desenvolvimento sustentável na agenda do Banco é um fenômeno relativamente novo e ainda em processo de transição. Uma transição do foco econômico da agência para o desenvolvimento sustentável pode estar acontecendo. Para ilustrar como o tema entra na agenda na medida em que as necessidades locais de redução da pobreza vão sendo sanadas, utilizaremos o caso do Projeto Cooperar, que vem sendo implementado no estado da Paraíba, e do Produzir, executado na Bahia.

Os Projetos de Redução da Pobreza Rural na Paraíba e na Bahia

O Projeto Cooperar, como atualmente é conhecido, resultou de diversas políticas públicas anteriores. O primeiro projeto foi a Política de Desenvolvimento Rural Integrado (PDRI), executado entre os anos de 1978 e 1986 e que contou com um financiamento de US\$ 30 milhões. Tratava-se de uma política do Governo Federal em parceria com o Banco Mundial para o desenvolvimento econômico de comunidades rurais, executado por meio da Superintendência do Desenvolvimento no Nordeste (SUDENE). O segundo foi o Programa de Apoio ao Pequeno Produtor (PAPP), também conhecido como Projeto Nordeste. A previsão de financiamento foi de US\$ 60 milhões e a ideia central consistia em aplicar uma estratégia unificada de desenvolvimento no nordeste brasileiro. Foi igualmente executado por meio da SUDENE entre 1987 e 1996 (SOUZA, 2015).

O acordo seguinte gerou o Projeto de Combate à Pobreza Rural (PCPR), no qual as unidades estaduais já passaram a possuir maior controle sobre a execução e que, no caso da Paraíba, primeiro a ser nomeado Projeto Cooperar. Nele, o capital financiado foi de US\$ 60 milhões entre os anos de 1998 e 2006 e seus principais elementos eram referentes à infraestrutura social e econômica e geração de renda para a população rural. Já o Cooperar II ou Projeto de Redução da Pobreza Rural (PRPR), executado de 2010 a 2014 tinha como principais objetivos os mesmos do projeto anterior e passou a incluir ações voltadas ao desenvolvimento social das comunidades, por meio do financiamento de US\$ 20,9 milhões (SOUZA, 2015).

O projeto mais recente é o Paraíba Rural Sustentável, ou Cooperar III, previsto para ser iniciado em 2017 e concluído em 2021. Porém, até o momento aguarda

aprovação do Senado brasileiro para que o Banco Mundial possa começar a enviar gradativamente o valor financiado, que consistirá em US\$ 50 milhões (SOUZA, 2015). Nele, além dos elementos sociais e econômicos que já vinham sendo executados nos projetos anteriores, é incluída com maior foco a dimensão ambiental, representando um avanço no sentido do desenvolvimento sustentável criado após o Relatório Brundtland.

No caso do Produzir, da Bahia, o primeiro acordo se deu em 1978, assim como na Paraíba, e também fazia parte do PDRI. O valor era de US\$ 37 milhões e seus componentes eram voltados ao desenvolvimento econômico da região. Tinha o objetivo principal de aumentar a produção agrícola e os principais beneficiários eram os pequenos produtores (BANCO MUNDIAL, 1978).

Para o segundo acordo, firmado em 1983, foi estabelecido o financiamento de US\$ 67,8 milhões. Consistia na regularização e redistribuição de terras, serviços de extensão, pesquisa agrícola adaptativa, saúde animal e proteção vegetal, irrigação em pequena escala, melhoria nas estradas municipais, abastecimento de água, educação, saúde e saneamento básico (BANCO MUNDIAL, 1983).

Em 1987 o Banco e o Governo Federal fecham um novo acordo de financiamento para o projeto de desenvolvimento rural no nordeste, e cabe à Bahia o valor de US\$ 171 milhões. A utilização do financiamento seria destinada principalmente à aquisição de bens e serviços, preferencialmente manufaturas domésticas. O projeto consistia em desenvolvimento de recursos hídricos, produção agrícola, de pesca e de sementes básicas, serviços de extensão rural, crédito agrícola, serviços de marketing, apoio a pequenas comunidades rurais, programa de pesquisas regionais e garantia a terra (BANCO MUNDIAL, 1987).

Outro acordo foi firmado, dessa vez em 1995, com valor de US\$ 105 milhões que deveriam ser utilizados até dezembro de 2000 e ganha a nomenclatura de Produzir. O objetivo do projeto era aliviar a pobreza rural nos municípios baianos por meio do fornecimento de infraestrutura básica social e econômica, emprego e oportunidades de geração de renda, apoio às comunidades rurais para que implementem seus próprios subprojetos, prover uma rede de segurança para a população pobre de zonas rurais e alavancar as receitas para comunidades e também no nível municipal (BANCO MUNDIAL, 1995).

Em 2001, para o Produzir II, há o financiamento de US\$ 54,3 milhões. Seus objetivos gerais eram aumentar as oportunidades sociais e econômicas das populações pobres por meio dos subprojetos comunitários, aumentar o capital social dessas comunidades e fornecer os meios de organização para que eles consigam suprir suas próprias necessidades e incentivar a governança local e cidadania por meio do fortalecimento dos conselhos municipais, também estabelecendo laços com organizações governamentais e não governamentais (BANCO MUNDIAL, 2001).

O acordo seguinte foi o Produzir III, executado entre 2005 e 2013, inicialmente também com financiamento de US\$ 54,3 milhões. A previsão inicial para fechamento do projeto era para o ano de 2010, entretanto, nesse ano houve financiamento de mais US\$ 30 milhões e extensão de mais 3 anos de duração. Para esse projeto existem documentos relativos à participação das populações indígenas e quilombolas e planos de avaliação de impactos ambientais, o que não foi encontrado relativamente aos projetos anteriores. Seu planejamento é bastante semelhante ao Projeto Cooperar, tendo como foco os subprojetos das comunidades, o desenvolvimento institucional e a administração do projeto (BANCO MUNDIAL, 2005).

Já o Bahia Produtiva, nomenclatura do programa atualmente ativo, é executado por meio da Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (CAR), empresa pública atrelada à Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR) e conta com investimento de US\$ 260 milhões de dólares, sendo US\$ 150 milhões do Banco Mundial e US\$ 110 milhões do Estado da Bahia e contribuição dos beneficiários (CAR, 2015). As dimensões priorizadas são social, econômica, política, ambiental e cultural e seu lema é o desenvolvimento rural sustentável. Além disso, seus principais componentes são inclusão produtiva e acesso a mercados, água para uso doméstico e saneamento, desenvolvimento institucional e assistência técnica (BANCO MUNDIAL, 2014).

Observando-se a evolução dos componentes do Cooperar e do Produzir, atual Bahia Produtiva, percebemos muitas semelhanças com o Projeto Cooperar. Ambos se iniciam com propósitos primariamente econômicos e de superação básica da pobreza e ao longo do tempo são inseridos componentes sociais e ambientais, elementos constitutivos do conceito de desenvolvimento sustentável aqui abordado. Existe também a semelhança entre os tipos de documentos presentes, principalmente no último projeto de ambos. Constatamos que o Paraíba Rural Sustentável e o Bahia Produtiva são os que inserem o desenvolvimento sustentável como foco principal e pode-se esperar o mesmo para projetos futuros, caso eles ocorram.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O presente trabalho buscou fazer uma análise da inserção do desenvolvimento sustentável em projetos do Banco Mundial em realidades locais, no caso a política de redução da pobreza rural no estado da Paraíba e na Bahia.

Em meados do século XX, o meio ambiente era tratado meramente como um meio para obtenção de ganhos econômicos. Principalmente após a Segunda Guerra Mundial e a percepção dos efeitos que o desenvolvimento desenfreado causava ao meio ambiente é que o tema foi inserido na agenda internacional. Essa inserção se deu por meio de organizações internacionais, que se proliferam no período.

No sistema internacional ocorreram várias conferências que, tendo como foco o meio ambiente ou não, passaram a tratar do desenvolvimento sustentável. O conceito utilizado nesse trabalho foi construído na Conferência de Estocolmo em 1992 tendo como base o Relatório Brundtland, e apesar de vários debates em torno dele, ainda é utilizado por instituições internacionais até os dias atuais.

Tem-se temos como objeto da pesquisa também o Banco Mundial: organização financeira altamente institucionalizada, criada ainda durante a Segunda Guerra Mundial que tem como prioridade o desenvolvimento econômico dos países.

Na década de 90, o Banco passou a apresentar em seus Relatórios Anuais o desenvolvimento sustentável e gradativamente foi fazendo o mesmo em seus projetos. Participou por meio de financiamentos dos Objetivos do Milênio, elemento que faz parte de seu discurso de inserção das questões sociais em sua agenda.

A partir dos anos 2000 passou a também financiar vários programas relativos à preservação do meio ambiente e alívio dos danos causados pelo antigo modelo desenvolvimentista que não levava em consideração os impactos ambientais. Algumas das áreas na qual atua são as mudanças climáticas, redução da emissão de gases poluentes e agricultura.

Por fim, empregamos os elementos previamente mencionados para compreender como o tema do desenvolvimento sustentável foi inserido nos projetos de redução da pobreza rural executados pelo Banco Mundial na Paraíba e na Bahia.

A ideia inicial apontava para a inserção do desenvolvimento sustentável por meio da inclusão das três dimensões (social, econômica e ambiental) nos componentes do projeto, visto que isso aconteceu com a agenda do Banco. Percebemos que existiram alguns anos de intervalo entre a inserção do tema no discurso do Banco e na execução do Projeto, de modo que as prioridades iniciais eram mais voltadas à situação econômica das populações rurais e superação da pobreza. Aproximadamente a partir da metade da primeira década de 2000 é que observamos elementos precisos do desenvolvimento sustentável sendo aplicados no projeto e a adoção real desse paradigma.

CONCLUSÕES

Tendo como base esses argumentos, podemos ponderar sobre o desenvolvimento sustentável e sua inserção no projeto na medida em que o tema ganhou visibilidade no sistema internacional, levando em consideração que o discurso é mais fortemente inserido nos relatórios do Banco no ano de 1992 e nos projetos observamos esses elementos a partir do ano 1998 na Paraíba e 1995 na Bahia.

Também se percebe que o Banco Mundial possui certo grau de influência para que o tema seja inserido nos projetos por meio dos componentes socioambientais, visto que são bastante semelhantes em ambos e que possivelmente isso ocorre por interferência da instituição internacional.

Em linhas gerais, percebem-se as especificidades dos projetos executados no nordeste, para o entendimento da necessidade da aplicação do desenvolvimento sustentável nessa realidade. Esse paradigma se torna cada vez mais presente nos componentes dos projetos e existe uma perspectiva de que os próximos deem continuidade a essas práticas.

REFERÊNCIAS

ALBAGLI, S. Informação e desenvolvimento sustentável: novas questões para o século XXI. **Ciência da Informação**, v. 24, n. 1, 1995. Disponível em: <<http://www.ambiente.sp.gov.br/wp-content/uploads/cea/SaritaA.pdf>>. Acesso em 28/08/16.

BANCO MUNDIAL. **Loan Agreement – Bahia State Integrated Project: Rural Poverty**. Dezembro, 2005. Disponível em: <<http://documents.worldbank.org/curated/en/771701468014434951/pdf/L73270BR0COINFORMED.pdf>> Acesso em 25/10/16.

BANCO MUNDIAL. **Loan Agreement – Bahia Sustainable Rural Development Project**. Agosto, 2014. Disponível em: <<http://documents.worldbank.org/curated/en/297441468020094653/pdf/RAD2627119.pdf>>. Acesso em 25/10/16.

BANCO MUNDIAL. **Loan Agreement – Northeast Rural Development Project Bahia**. Julho, 1987. Disponível em: <<http://documents.worldbank.org/curated/en/743191468231291779/pdf/DB418319A1F0E9C585256F0300069959.pdf>> Acesso em 05/10/16.

BANCO MUNDIAL. **Loan Agreement – Rural Poverty Alleviation Project Bahia.** Julho, 1995. Disponível em: <<http://documents.worldbank.org/curated/en/631351468020068151/pdf/Loan-3917-Brazil-Rural-Poverty-Alleviation-Project-Bahia-Loan-Agreement.pdf>> Acesso em 25/10/16.

BANCO MUNDIAL. **Loan Agreement – Rural Poverty Reduction Project Bahia.** Outubro, 2001. Disponível em: <<http://documents.worldbank.org/curated/en/408201468014384203/pdf/D7C81AB3A78A576F85256F030013893A.pdf>> Acesso em 05/10/16.

BANCO MUNDIAL. **Project Agreement – Second Rural Bahia Development Project.** Maio, 1983. Disponível em: <<http://documents.worldbank.org/curated/en/758451468235472326/pdf/Loan-2269-Brazil-Second-Bahia-Rural-Development-Project-Project-Agreement.pdf>> Acesso em 25/10/16.

BANCO MUNDIAL. **Relatório Anual de 2015 do Banco Mundial.** 2015.

BANCO MUNDIAL. **Relatório Anual de 2016 do Banco Mundial.** 2016.

BANCO MUNDIAL. **Report and Recommendation of the President of the International Bank for Reconstruction and Development to the Executive Directors on a Proposed Loan to the Federative Republic of Brazil for the Bahia Rural Development Project.** Maio, 1978.

BARRUTIA, J. M.; ECHEBARRIA, C.; PAREDES, M. R.; HARTMANN, P.; APAOLAZA, V. From Rio to Rio+20: twenty years of participatory, long term oriented and monitored local planning? **Journal of Cleaner Production**, v. 106, 2015.

BRÜSEKE, F. J. O problema do desenvolvimento sustentável. In: CAVALCANTI, C. **Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável.** Recife: Instituto de Pesquisas Sociais, Fundação Joaquim Nabuco, 1994. Disponível em: <<http://biblioteca.clacso.edu.ar/Brasil/dipes-fundaj/uploads/20121129023744/cavalcanti1.pdf#page=15>>. Acesso em 26 ago. 2016.

CAR. **Estratégias do projeto Bahia Produtiva discutidas em Brasília.** 2015. Disponível em: <<http://www.car.ba.gov.br/estrategias-projeto-bahia-produtiva-discutidas-em-brasilia/>>. Acesso em: 25 out. 2016.

GIOMETTI, A. B. R. MOREIRA, H. M. O Protocolo de Quioto e as Possibilidades de Inserção do Brasil no Mecanismo de Desenvolvimento Limpo por meio de Projetos em Energia Limpa. **Contexto Internacional**, v. 30, n. 1, 2008.

LAGO, A. A. C. **Conferências de Desenvolvimento Sustentável.** Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2013. Disponível em: <<http://funag.gov.br/loja/download/1047-conferencias-de-desenvolvimento-sustentavel.pdf>>. Acesso em 27 ago. 2016.

NASCIMENTO, E. P. Trajetória da sustentabilidade: do ambiental ao social, do social ao econômico. **Estudos Avançados**, v. 26, n. 74, 2012.

ONU - Organização das Nações Unidas. **Declaração de Joanesburgo sobre Desenvolvimento Sustentável**. 2002. Disponível em: <<http://www.onu.org.br/rio20/img/2012/07/unced2002.pdf>>. Acesso em: 15 out. 2016.

ONU - Organização das Nações Unidas. **Plano de Implementação da Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável**. 2012.

ONU - Organização das Nações Unidas. **Report of the World Commission on Environment and Development: Our Common Future**. 1987. Disponível em: <<http://www.un-documents.net/our-common-future.pdf>>. Acesso em: 16 out. 2016.

PEET, R. **Unholy Trinity: The IMF, World Bank and WTO**. Zed Books, Second Edition. London, New York, 2009.

PNUMA - Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente. **Relatório da Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano**. 1972. Disponível em: <<http://www.unep.org/Documents.Multilingual/Default.asp?DocumentID=97>>. Acesso em: 28 ago. 2016.

SACHS, I. O desenvolvimento sustentável: do conceito à ação, de Estocolmo a Joanesburgo. In: BARROS-PLATIEU, Ana Flávia; VARELLA, Marcelo D. **Proteção Internacional do Meio Ambiente**. Brasília: UnB, 2009. (Série Direito Ambiental, 4).

SOUZA, G. A. S. **Projeto Cooperar: Levantamento histórico da política de combate à pobreza rural no estado da Paraíba em parceria com o Banco Mundial**. Monografia para conclusão do curso de Gestão Pública. Universidade Federal da Paraíba, 2015.

VARELLA, M. D. **Proteção Internacional do Meio Ambiente**. Brasília: UnB, 2009. (Série Direito Ambiental, 4).

VIEIRA, F. L. R. O banco mundial e o combate à pobreza no nordeste: o caso da Paraíba. **Caderno CRH**, v. 21, 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ccrh/v21n52/a09v2152.pdf>>. Acesso em: 15 out. 2016.